

CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER CLJR/071/95, em 30 de outubro de 1995.

Exmº Sr.

Vereador Antonio Carlos Jacob

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta

*Concedido "VISTA" ao Vereador
Ademir de Paula, até a próxima
Reunião Ordinária.*

Ubá, MG, 06/11/95

*Vereador - Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara*

*Em 1ª discussão
Aprovado por 12 (doze) unanimi-
dade dos presentes, 12 (doze) votos.*

EM 13/11/95

*Vereador Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara* Senhor Presidente:

Os Vereadores abaixo-assinados, membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, de posse do Projeto de Lei em evidência, emitem o seguinte Parecer:

1º)- Pretendem os Vereadores Wilian Fernandes Cabral, Itamar dos Santos, Benjamin Fortunato Lopes, Geraldo Bicalho Calçado e Januário Moreira Guiducci, a aprovação do Projeto de Lei em evidência, que "autoriza o Prefeito Municipal a permitir o uso do imóvel público que menciona e dá outras providências";

2º)- A presente matéria foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que reconhece o mérito da presente matéria;

3º)- O imóvel público em questão, trata-se de um terreno situado à Av. Dometila Castanon, nº 100, bairro Eldorado, cujo uso seria concedido para a instalação de um "trailer" para a venda de lanches;

*Cópia ao Vereador Benedito Rison Lima Costa,
Ademir de Paula, Paulo Rison Raimundo, Antonio
Carlos Jacob, José de Paula Sobrinho, Sebastião
Antônio e ainda, a Dra. Jocilei Mota.*

Ubá, MG, 30/10/95

*Vereador - Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara*

REF.: PROJETO DE LEI Nº 063/95

"Autoriza o Prefeito Municipal a permitir o uso do imóvel público que menciona e dá outras providências".

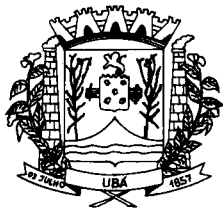
Em 2ª e 3ª discussões:

Aprovado por unanimidade

dos presentes

EM 22/11/95

*Vereador Antônio Carlos Jacob
Presidente da Câmara*



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER CLJR-071/95 - folha 02

4Q)- A autorização de uso será a título gratuito, devendo o estabelecimento comercial a ser instalado, se adequar à legislação municipal e ao Código de Posturas do Município;

5Q)- Entendemos que a presente matéria seria desnecessária, visto que o Prefeito Municipal possui autoridade suficiente para autorizar por via direta a sua utilização, no entanto, para maior isenção, preferiu aguardar a manifestação desta Casa;

6Q)- Visitamos o local e pudemos constatar que o referido imóvel público permaneceria totalmente ocioso, não havendo nenhum prejuízo para o Município a sua autorização de uso por terceiro;

7Q)- A aprovação desta matéria, permitirá a legalização do "trailer" ali instalado, deixando se ser uma atividade informal, podendo passar a recolher os impostos e taxas municipais e estaduais;

8Q)- A presente matéria segue assinada por número reduzido de membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em virtude dos outros membros titulares serem co-autores do projeto;

9Q)- Pelo que foi exposto e entendendo que a matéria está amplamente amparada pela legislação vigente, e sobretudo, baseado na existência de vários outros estabelecimentos no Município em situação idêntica é que formulamos o nosso parecer favorável à aprovação desta matéria.

É o que nos parece, S.M.J.


Vereador Luiz Tarcísio Peixoto Guimarães - Presidente